

POLÍTICAS DE PADRONIZAÇÃO CURRICULAR: UMA ANÁLISE DA DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

EDUARDA PRIEBE BOSENBECKER¹; LIVIA DA SILVEIRA LAPUENTE²;
JULIANA DA ROCHA DOS SANTOS³; VITOR SAQUETE RODRIGUES⁴;
MARIANA DIAS LAMEIRA⁵; SIMONE GONCALVES DA SILVA⁶

¹ *Universidade Federal de Pelotas – eduardabosenbecker03@gmail.com*

² *Universidade Federal de Pelotas – livialapuente@gmail.com*

³ *Universidade Federal de Pelotas – julianadarocha67@gmail.com*

⁴ *Universidade Federal de Pelotas – vitorsaquete@gmail.com*

⁵ *Universidade Federal de Pelotas – maridias.lameira@gmail.com*

⁶ *Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de elaboração das novas Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, a partir da recente homologação do Parecer CNE/CP nº 04/2024 e da Resolução CNE/CP nº 04/2024. É um recorte dos projetos de pesquisa, em andamento, que circundam a temática das políticas educacionais e suas repercussões na formação de professores, e se encontra vinculado ao grupo de pesquisa Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente (CEPE) da Faculdade de Educação (FaE/UFPEL).

As análises empreendidas estão fundamentadas nos estudos de BALL (2001; 2014), SILVA e HYPOLITO (2022), que buscam problematizar as políticas educacionais e os efeitos na formação de professores em um cenário de reformulação global .

2. METODOLOGIA

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, este trabalho consiste em uma pesquisa exploratória e documental com abordagem qualitativa. A produção de dados sobre a temática decorre da pesquisa realizada em sites de busca, possibilitando a construção de um panorama mais amplo das informações que circulam e chegam à população (KNÖPKER, 2018).

Os dados gerados foram discutidos em dois aspectos: mapeamento dos atores estatais e não-estatais; e das estruturas e práticas organizacionais que influenciam no processo da produção textual oficial da política. Tal discussão possibilita compreender o processo de elaboração e aprovação das novas diretrizes e ao mesmo tempo entender o campo de disputas inerentes à constituição do documento curricular.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A recente Resolução CNE/CP nº 04/2024 fundamentada no Parecer CNE/CP nº 04/2024, define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). O documento se apresenta com o

objetivo de revisão e atualização das diretrizes anteriores que permeavam a formação docente, a saber Resolução CNE/CP 02/2015 e a Resolução CNE/CP 02/2019.

O processo de elaboração das novas diretrizes se deu através da criação do Grupo de Trabalho pelo Ministério da Educação (MEC). O GT Formação instituído em março de 2023, um grupo composto por 20 membros, distribuídos em 10 titulares e 10 suplentes, com possibilidade de substituição a qualquer momento, organizado para discutir e propor políticas de melhoria para a formação inicial de professores, dado o baixo desempenho dos cursos de licenciatura nos processos avaliativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no caso o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Compõem o GT dois representantes de cada órgão ou entidade responsável por setores da educação, incluindo organizações privadas. Dentre as propostas apresentadas para a Formação Inicial de Professores, entre essas a Revogação das Resoluções do CNE/CP nº 02/2019 e nº 01/2020, indicam retomar as diretrizes presentes na Resolução CNE/CP nº 2/2015, e também mecanismos para acompanhar e avaliar a sua efetivação. Verifica-se a influência dos resultados das avaliações em larga escala para a políticas educacionais, e o enfoque do ENADE passa a centralidade para a formação inicial de professores. O foco está no desempenho, "os problemas estão sempre nos professores e nas suas práticas, e não nas condições de trabalho e na sua precarização" (SILVA; HYPOLITO, 2022, p. 93).

No entanto, o Conselho Nacional da Educação (CNE) elaborou a Resolução CNE/CP nº 04/2024, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 04/2024, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores. O Parecer inicia-se contextualizando e historicizando a formação de professores no Brasil, e suas políticas ao serem analisadas diretrizes anteriores. Apresenta os fundamentos e princípios que orientam a formação docente, definindo uma base comum nacional a ser integrada ao currículo das IES e delineando o perfil esperado para os egressos ao final da formação. Em uma análise preliminar verifica-se um processo de "bricolagem" (BALL, 2001) um emaranhado de fragmentos das diretrizes anteriores sem uma compreensão e discussão mais ampla.

Além disso, o Movimento Pela Base e o Todos pela Educação (TPE) lançaram notas a respeito da homologação do Parecer CNE/CP nº 04/2024 e da Resolução CNE/CP nº 04/2024. O TPE, em sua análise, reconhece um avanço significativo em comparação com a Resolução CNE/CP nº 2/2019, pela tentativa de corrigir falhas anteriores, como a excessiva flexibilização da carga horária da formação pedagógica. No entanto, também expressa preocupações em relação à falta de clareza sobre as competências que devem ser desenvolvidas durante a formação inicial, e critica a indefinição em relação à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC-Formação). O Movimento Pela Base também expressou críticas em relação às novas diretrizes, pela fragilidade do enfoque na BNCC, mesmo que esta já se estabeleça como uma referência, uma vez que todas as redes estaduais e municipais já têm currículos alinhados à BNCC, considerada fundamental para a formação dos docentes.

Os pronunciamentos demonstram a crescente influência do empresariado na formulação de políticas educacionais (BALL, 2014), questiona-se se as reformas estão mais alinhadas a interesses mercadológicos do que ao aprimoramento da educação pública. SILVA e HYPOLITO (2022), argumentam que essa influência do discurso neoliberal gerencialista prioriza uma docência

focada na eficiência e padronização, colocando o professor em segundo plano e moldando sua trajetória docente com foco em uma abordagem tecnicista.

Após a homologação do Parecer CNE/CP nº 04/2024 e da Resolução CNE/CP nº 04/2024, tornou-se evidente o descontentamento no campo educacional, através da publicação de notas de repúdio por organizações educacionais, como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e o Fórum Nacional de Educação (FNE). Cabe dizer, que o FNE está entre os integrantes do GT Formação, criado pelo MEC, o que demonstra a divergências nos posicionamentos políticos sobre a proposta.

Críticas relacionadas a falta de diálogo e da realização de audiências públicas para discutir a nova proposta; a forma centralizada com que o CNE elaborou a minuta desconsiderando a participação e o posicionamento de entidades educacionais relevantes; ao prazo disponibilizado para a apresentação de críticas e sugestões sobre a minuta; ao texto do Parecer e da Resolução por apresentar uma "bricolagem" de conceitos, uma articulação pouco coerente entre fundamentos e princípios formativos; a simplificação das contradições históricas e à falta de um posicionamento claro sobre as concepções que sustentam a nova proposta. As organizações educacionais questionam ainda a eficácia da proposta de integração entre a formação inicial e continuada, apontando que a formação continuada é tratada de maneira superficial, representando apenas 10% da carga horária destinada à extensão-escola, o que tende a comprometer a compreensão integral da profissionalização do professor.

Essa abordagem fragmentada, presente no Parecer e na Resolução, dilui a formação do professor ao desarticular princípios e fundamentos essenciais, resultando em uma proposta que se torna meramente pragmática e conteudista, sem a organicidade necessária para uma formação de qualidade.

4. CONCLUSÕES

A discussão realizada, preocupou-se com o processo de elaboração das diretrizes curriculares de formação inicial de professores da educação básica, a partir da recente homologação do Parecer CNE/CP nº 04/2024 e a Resolução CNE/CP nº 04/2024.

Ao considerar os pressupostos e as possíveis repercussões, essa análise crítica contribuiu para um melhor entendimento dos desafios presentes na agenda educacional brasileira a partir do envolvimento de atores sociais não estatais na produção de uma formação de professores gerencialista, bem como os processos de privatização da educação e a influência mercadológica. A aprovação das Diretrizes expressa a padronização curricular na formação de professores pelo controle sobre o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado em uma perspectiva pragmática, instrumental, tecnicista e conteudista, ao mesmo tempo que desconsidera as discussões sobre o desenvolvimento profissional docente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFOPE. **Nota de Repúdio ao Parecer CNE/CP nº 4/2024.** ANFOPE, 2024. Online. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope_correcao_final.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 4/2024, de 12 de março de 2024**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192>. Acesso em: 04 set. 2024.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE). **Nota pública em repúdio à Minuta do CNE de "novas" Diretrizes para a Formação de Profissionais do Magistério**. Brasília, 07 dez. 2023. Online. Disponível em: <https://fne.mec.gov.br/images/notas/nota_publica_FNE_repudio_a_minuta_novas_diretrizes_fp_05012024.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

KNÖPKER, M. **Fazendo o neoliberalismo funcionar “dentro de nós”** – um estudo sobre a atuação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos na forma(ta)ção docente. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. **MEC aprova Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores, destacando BNCC como documento norteador**. Observatório do Movimento Pela Base, 22 maio 2024. Online. Disponível em: <<https://observatorio.movimentopelabase.org.br/mec-aprova-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-formacao-inicial-de-professores-destacando-bncc-como-documento-norteador-2/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, S. G. da; HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 24, n. 59, p. 78-101, 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Posicionamento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Parecer CNE/CP nº 4/2024)**. São Paulo, maio de 2024. Online. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/05/dcns-formacao-inicial-docente-posicionamento.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2024.